

**Banco Emitente:**

**BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**

Sede: Rua Áurea, 88 – 1100 - 060 LISBOA

Capital Social: € 656.723.284

Número de Matricula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1ª)

e de Contribuinte: 500 844 321

**2ª ADENDA AO PROSPECTO BASE PARA OFERTAS PÚBLICAS  
DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
REPRESENTATIVOS DE DÍVIDA**

**PROGRAMA DE EMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
REPRESENTATIVOS DE DÍVIDA ATÉ AO MONTANTE DE  
€ 1.500.000.000**

**Líder, Organizador e Banco Depositário**

Banco Santander Totta, S.A.

**2 de Novembro de 2011**

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 135.º-C e no artigo 142.º do Código dos Valores Mobiliários, é elaborada a presente adenda (adiante designada por “Adenda”) ao Prospecto base datado de 2 de Junho de 2011 (adiante designado por “Prospecto”) do Programa de Emissão de Valores Mobiliários Representativos de Dívida até ao Montante de €1.500.000.000 do Banco Santander Totta, S.A. (o “Banco”, devidamente identificado no Prospecto de Base).

Aos termos iniciados com letra maiúscula nesta Adenda deverá ser atribuído o significado que têm no Prospecto.

Esta Adenda deverá ser lida em conjunto com o Prospecto e a 1ª Adenda ao Prospecto, disponíveis junto de qualquer balcão do banco Emitente, e no endereço de internet do banco Emitente (<http://www.santandertotta.pt>) e da CMVM (<http://www.cmvm.pt>).

## **1. Alterações ao Prospecto**

**1.1. Na sequência da divulgação do Relatório e Contas respeitante ao 1º semestre de 2011 (contas não auditadas), foi actualizado o conteúdo do Prospecto, de acordo com a seguinte informação:**

**1.1.1. Na secção do Prospecto intitulada ‘IV. FACTORES DE RISCO – 7. RISCO DE CRÉDITO’ (página 12), acrescenta-se ao seu conteúdo, o seguinte:**

### “Principais vectores da actividade

No 1º semestre do exercício de 2011, a actividade da área de Riscos de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se uma actuação preventiva, procurando antecipar os problemas, a qual permitiu manter níveis reduzidos de morosidade e crédito vencido. Mantiveram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de operações de bom risco;
- Nos riscos standardizados, o principal foco foi o da manutenção da qualidade da carteira, actuando sobre a morosidade de gestão e crédito vencido os quais se mantiveram em níveis reduzidos. Para tal contribui o aprofundamento da utilização de ferramentas informáticas que potenciaram o reforço da qualidade de serviço prestado e a preservação da qualidade da carteira, destacando-se o Scoring Comportamental Triad, instrumento com carácter mais preditivo e que possibilita uma intervenção mais proactiva junto dos clientes;
- Ao nível da função de seguimento, mantém-se o foco permanente na melhoria do conhecimento da carteira e da qualidade da informação de gestão, procurando-se evitar entradas em incumprimento e, no caso de irregulares, tendo uma acção proactiva no seu saneamento com reforço da política de acordos de reestruturação;
- Forte enfoque ao nível da actividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a actividade ao nível de telecobranças e de recuperações de gestão massiva mantendo simultaneamente um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;
- Ainda ao nível da área de Recuperações manteve-se a política de reforço da negociação visando a obtenção de dações em pagamento em alternativa à actuação judicial.

No final de Junho de 2011, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias no crédito total atingiu 1,76% (+0,4 p.p. face ao período homólogo). A respectiva cobertura por provisões situou-se em 112,1% (116,1% em Junho de 2010). O rácio de crédito com incumprimento cifrou-se em 1,78% no final de Junho de 2011, acima dos 1,37% apurados em Junho de 2010, com um rácio de cobertura por provisões de 111,0% (114,9% em Junho de 2010).

	Jun-11	Jun-10	Var.
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	1,88%	1,46%	+0,4 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	1,76%	1,36%	+0,4 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	1,78%	1,37%	+0,4 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	104,8%	107,8%	-3,0 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	112,1%	116,1%	-4,1 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	111,0%	114,9%	-3,9 p.p.

Para uma informação mais detalhada sobre o modelo de risco utilizado, deverá consultar o Relatório e Contas do 1º semestre de 2011, disponível do website do Banco Santander Totta, S.A. (<http://www.santandertotta.pt>) e da CMVM (<http://www.cmvm.pt>).

**1.1.2. Na secção do Prospecto intitulada ‘IV. FACTORES DE RISCO – 9. CONDIÇÕES ECONÓMICAS GERAIS’ (página 16), acrescenta-se ao seu conteúdo, o seguinte:**

Economia internacional

“A actividade económica começou a evidenciar sinais de desaceleração logo no início do ano de 2011, à medida que se dissipavam os impactos das medidas de estímulo adoptadas durante a crise económica e financeira.

Ainda assim, mantinha um ritmo de crescimento bastante sólido, com taxas de variação homólogas acima da tendência de longo prazo.

No segundo trimestre do ano, os sinais de abrandamento acentuaram-se, em resultado, também, dos impactos adversos provocados pelo terrível terramoto no Japão, cujos danos materiais e humanos afectaram a produção de muitas empresas nipónicas e subsequente capacidade de exportação, com efeitos de contágio à economia mundial. Em consequência, o Japão voltou a entrar em recessão, com o PIB a contrair 2,7% no primeiro trimestre.

Apesar da proximidade geográfica e das relações entre as duas economias, a China manteve taxas de crescimento sólidas, claramente acima de 9,5%. Para arrefecer a economia, as autoridades adoptaram um conjunto de medidas restritivas, como novos aumentos do coeficiente de reservas de caixa.

Nos EUA, a actividade foi substancialmente mais fraca do que o esperado, um facto acentuado pela revisão em baixa das estimativas de crescimento. No 1º trimestre de 2011, o PIB praticamente estagnou, e cresceu de forma muito moderada no 2º trimestre do ano. A quase estagnação, em termos trimestrais anualizados, reflectiu-se na *performance* do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a subir para 9,2%, uma vez dissipados os efeitos associados à contratação de trabalhadores temporários para a realização do Censo. Em resultado, as famílias mantiveram níveis de despesa reduzidos, o que contrasta com fases de recuperação anteriores, e os níveis de confiança permaneceram também em níveis muito baixos.

A Reserva Federal dos EUA terminou a segunda fase de políticas não-convencionais, concluindo no final do 2º trimestre de 2011 o programa de aquisição de dívida pública (“*Quantitative Easing 2*”, ou “QE2”). Atendendo aos sinais de abrandamento da actividade, que se materializaram numa revisão em baixa das projecções de crescimento pela autoridade monetária, surgiram expectativas de que pudesse haver uma extensão do programa ou o anúncio de um novo programa de medidas quantitativas. A Reserva Federal afastou essa possibilidade, devido aos menores riscos para a economia, mas manteve o compromisso de que as taxas de juro de referência deverão permanecer nos actuais níveis mínimos históricos durante um período de tempo prolongado.

Na zona euro, o crescimento económico foi forte, em especial durante o primeiro trimestre, mas com uma significativa divergência entre países. A Alemanha permanece como a economia mais dinâmica, tendo crescido 4,8% no 1º trimestre de 2011, o ritmo mais forte desde 2000, sobretudo por via das exportações, beneficiando do dinamismo da economia mundial, em especial dos mercados emergentes. Apesar da descida da taxa de desemprego, o consumo privado permanece débil.

No *ranking* de crescimento surgem a seguir a França e Itália, com taxas de crescimento sustentadas, mas mais baixas. Também nestes países as exportações se revelam o motor do crescimento.

A Espanha saiu da situação de recessão, mas mantém níveis de actividade ainda baixos e o desemprego permanece bastante elevado, acima dos 20%.

Fruto da aceleração da inflação, em especial da medida subjacente, que exclui a alimentação e energia, e do crescimento económico, o BCE iniciou o processo de remoção do cariz expansionista da política monetária, com duas subidas da taxa refi, para 1,5%. O processo está a fazer-se de forma gradual, e embora o BCE mantenha um viés de subida, o ritmo deve ser moderado, devido aos riscos existentes para a economia europeia.

As tensões associadas à crise da dívida soberana, na zona euro, permaneceram bastante elevadas, com dois momentos de destaque. O primeiro ocorreu em Março/Abril, com Portugal a pedir apoio financeiro no âmbito do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, após a reprovação pelo Parlamento da actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento.

O segundo momento teve lugar já em Junho/Julho, com a avaliação do programa grego e a necessidade de actuação para evitar o risco de incumprimento a partir de 2013. O pico de incerteza culminou no “contágio” a Espanha e Itália, com uma subida pronunciada das taxas de juro de mercado, embora num quadro em que os soberanos e demais emitentes desses países mantêm o acesso aos mercados globais.

A Itália reagiu, apresentando um programa de redução da despesa pública, com o objectivo explícito de ter um saldo global equilibrado em 2014. A Espanha anunciou novas medidas de contenção e a realização de eleições gerais antecipadas em 20 de Novembro próximo.

A cimeira da zona euro, de 21 de Julho, concluiu pela aprovação de um novo plano de ajuda à Grécia, no montante de 109 mil milhões de euros, e que envolve também a participação do sector privado, numa base voluntária, num valor total que pode ascender a cerca de 50 mil milhões de euros. Essa participação consiste na troca, imediata ou na maturidade dos títulos actualmente detidos, por novas emissões de dívida, com maturidade de 30 anos, ao actual preço de mercado (o que pressupõe uma perda), e cujo nominal estará garantido por dívida pública com *rating* “AAA”.

O Comité de Mercados do ICAP anunciou que esta troca voluntária de dívida não constituiria um “credit event”, que activasse os contratos de *credit default swaps*, mas as agências de *rating* baixaram o *rating* da Grécia e anunciaram que colocariam o soberano no nível de “selective default”/“restrictive default”, durante o período de troca de dívida.

A cimeira aprovou uma extensão dos prazos dos empréstimos, até ao máximo de 30 anos, e a descida das taxas de juro praticadas, até 200pb. Estas últimas decisões serão também aplicadas a Portugal e Irlanda, o que auxilia no processo de consolidação orçamental, em especial através da dinâmica da dívida pública.

Os mercados financeiros permaneceram num quadro de elevada volatilidade, tendo os *spreads* de crédito atingido máximos históricos do período pós-euro em Junho/Julho, assistindo-se a uma ligeira reversão já após a cimeira.

Os mercados accionistas desvalorizaram, fruto da maior aversão ao risco acentuada pelos desenvolvimentos na Europa, bem como pelos progressivos sinais de desaceleração da actividade económica.

### Economia portuguesa

A envolvente financeira da República dominou as atenções durante todo o 1º trimestre do ano. Apesar da divulgação de dados orçamentais que validam a percepção de redução do défice orçamental em linha com as metas traçadas, em Março o Governo apresentou uma actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (“PEC IV”), com novas medidas do lado da despesa para o ano de 2011, e os detalhes das medidas para o cumprimento das metas orçamentais em 2012 e 2013 (ano em que o défice se deverá situar em 2,0% do PIB).

Esta actualização do PEC foi rejeitada pela Assembleia da República, após o que o Primeiro-Ministro apresentou a sua demissão ao Presidente, que a aceitou e convocou eleições antecipadas para 5 de Junho. A percepção pelos investidores de que Portugal não estava totalmente comprometido com a redução do défice orçamental resultou numa dupla tendência: sucessivas descidas do *rating* da República pelas agências de notação de risco, para o limite da notação de “investment grade”, que foi reflectida na notação de risco dos bancos; e uma subida das taxas de juro de longo prazo para os níveis mais elevados desde a criação do euro.

Em consequência, o acesso aos mercados financeiros, pela República e pelos bancos, registou uma significativa redução, após o que o Governo, em 6 de Abril, solicitou o apoio financeiro no âmbito do Fundo Europeu de Estabilização Financeira/FMI.

Em Maio, foram concluídas as negociações entre o Governo Português e as instituições internacionais (Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu), e assinado o Memorando de Entendimento, no qual são especificadas as medidas de condicionalidade a cumprir, no âmbito do programa de assistência financeira.

O plano é abrangente e visa três grandes objectivos: (i) incrementar o potencial de crescimento da economia portuguesa, através de um ambicioso programa de reformas estruturais; (ii) restaurar a sustentabilidade das contas públicas, através da reforma do sector público e de um amplo processo de corte da despesa pública; e (iii) reforçar a resiliência do sector financeiro, através do reforço dos capitais próprios e dos colaterais de financiamento, no âmbito de um processo de desalavancagem e financiamento a implementar até 2014.

Ao nível das reformas estruturais, até ao final do ano deverão estar implementadas as reformas relativas ao mercado laboral, no que concerne a redução da indemnização por despedimento e a revisão do subsídio de desemprego. Deverá estar definida a redução da taxa social única, para implementação já em 2012.

A meta orçamental para 2011 foi revista em alta para 5,9% do PIB, em parte devido também ao alargamento do perímetro de consolidação das Administrações Públicas, que passa a incluir várias empresas e outras entidades públicas. No entanto, serão necessárias novas reduções da despesa, e já foi anunciado uma contribuição especial, ao nível dos rendimentos das pessoas singulares.

O sector financeiro beneficiou da criação de um fundo de recapitalização, no montante de 12 mil milhões euros, e do aumento da linha de garantias estatais à emissão de dívida para 35 mil milhões de euros. Em contrapartida, teve que desenhar um plano de desalavancagem e financiamento, a implementar até 2014. Esses planos foram apresentados ao Banco de Portugal no final do mês de Julho.

As eleições legislativas antecipadas de 5 de Junho permitiram a formação de um novo Governo, com uma maioria clara de apoio parlamentar. O PS, que passou a maior partido da oposição, também apoia as medidas de condicionalidade constantes do Memorando de Entendimento, que assinou enquanto Governo.

Apesar da conclusão das negociações e da existência de uma clara maioria (mais de 80%) que apoia as medidas de ajustamento, o enquadramento financeiro para a República e para o sector financeiro permaneceu bastante tenso.

Os *spreads* de crédito alargaram para novos máximos, com as taxas de juro a 3 anos para a dívida pública portuguesa a ultrapassar os 20%. Ainda assim, o Tesouro manteve as emissões de Bilhetes do Tesouro, a prazos de 3 meses, com taxas médias de colocação muito próximas dos 5%.

A agência de notação de crédito Moody's reviu em baixa o *rating* da República para Ba2, no nível de "high yield", devido aos riscos de contágio da situação grega, já que o enquadramento local não sofreu alterações, antes resultou num programa de financiamento e numa maioria parlamentar.

Apesar do enquadramento mais adverso, na medida em que os *downgrades* e a desvalorização da dívida pública reduzem o valor dos activos elegíveis, o sector financeiro conseguiu reduzir ligeiramente o financiamento obtido junto do BCE, para 43,9 mil milhões de euros, em Junho, face ao máximo de 49 mil milhões de euros verificado em Abril/Maio.

Esta redução resultou de um maior crescimento dos depósitos, inclusive ao nível dos particulares, à medida que os bancos iniciam o processo de desalavancagem, também pela transferência de recursos de clientes de fundos de investimento e seguros para depósitos.

O crédito continuou a desacelerar, por uma redução da procura, associada à conjuntura económica recessiva, bem como pela imposição de condições mais restritivas ao nível da oferta, com os *spreads* de crédito a reflectirem o agravamento das condições de acesso do sector bancário aos mercados *wholesale*.

A economia portuguesa entrou em recessão no 1º trimestre de 2011, com a segunda variação negativa em cadeia, e a informação, quantitativa e qualitativa, disponível sobre o segundo trimestre de 2011 aponta para a continuação da contracção da actividade económica, em especial ao nível da procura doméstica.

As famílias continuam a ajustar a sua despesa à redução do rendimento disponível e à subida do desemprego (que ascendeu a 12,4% no 1º trimestre de 2011), com as vendas a retalho a caírem 7%, em termos reais, em Maio. O recente anúncio de uma contribuição especial em sede de IRS deve ter como impacto adicional um reforço da poupança por motivos de precaução.

A despesa pública deve ter continuado a reduzir-se, embora a proximidade das eleições gerais de 5 de Junho possam ter contribuído para uma moderação do ritmo. Ainda assim, a informação disponível sobre a despesa corrente primária do Estado confirma a redução face aos níveis de 2010.

O investimento terá acentuado a queda no segundo trimestre, seja devido ao aumento da incerteza associado ao pedido de auxílio financeiro externo, seja devido ao calendário eleitoral. Por outro lado, a deterioração das condições nos mercados financeiros terá resultado em condições mais restritivas na concessão de crédito, que contribui adicionalmente para a redução da despesa de capital.

A procura externa continua a evoluir muito favoravelmente, com as exportações a crescerem 18%, em termos nominais, nos primeiros cinco meses do ano. A melhoria é generalizada entre grupos de produtos e mercados de exportação e confirma os benefícios obtidos pela reestruturação do sector empresarial nos últimos anos.

As importações caem, reflectindo a maior contracção da procura interna.”

**1.1.3. Na secção do Prospecto intitulada ‘IV. FACTORES DE RISCO – 10. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2011’ (página 22), acrescenta-se ao seu conteúdo, o seguinte:**

“Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no segundo semestre são de duas ordens, uma de origem internacional, outra doméstica.

A nível internacional, têm-se como factores de risco, as perspectivas de crescimento na zona euro, não só pelo impacto das medidas de contenção orçamental anunciadas e que começam a ser implementadas, como também pela elevada incerteza sobre a sustentabilidade da situação orçamental, que neste momento se foca em Itália e Espanha. No entanto, estes dois países já anunciaram mais medidas de contenção do défice. Adicionalmente, as recentes decisões do Conselho Europeu, de flexibilização da intervenção do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, podem mitigar alguns dos riscos.

Ainda a nível internacional, a incerteza sobre a sustentabilidade das contas públicas estende-se a outros países, como os EUA. Apesar da recente decisão de elevação do limite da dívida, as perspectivas de lenta redução do défice serão um tema recorrente a afectar o sentimento de mercado.

A nível doméstico, as principais incertezas estão relacionadas com o estrito cumprimento das medidas de condicionalidade previstas no Memorando de Entendimento, que serão alvo de avaliação trimestral por parte das instituições internacionais. O Governo anunciou já um conjunto de medidas visando cumprir a meta orçamental de 5,9% do PIB para este ano, mas o principal foco estará no programa orçamental plurianual e na proposta de Orçamento do Estado para 2012, a apresentar até ao início de Outubro.

Ao nível do sector financeiro, os riscos prendem-se com o cumprimento das metas estabelecidas no programa de desalavancagem e financiamento. Os dados relativos ao 2º trimestre revelam que os bancos nacionais estão já a desalavancar, com vista à redução do rácio crédito/depósitos para 120%, em 2014. Por outro lado, o ciclo económico terá impacto ao nível do incumprimento e, consequentemente, surge como factor de risco para o cumprimento da meta de 10% para o rácio de Core Tier 1, em 2012.

O cumprimento de objectivos, pelo Estado e pelo sector bancário, são fundamentais para recuperar a confiança dos investidores internacionais e permitir que o actual nível de financiamento nos mercados globais (que, de qualquer forma, é reduzido) se possa manter e, a prazo, ampliar.”

**1.1.4. Na secção do Prospecto intitulada ‘IV. FACTORES DE RISCO – 11. REGULAÇÃO’ (página 23), acrescenta-se ao conteúdo do 8º parágrafo, o seguinte:**

“Em Junho de 2011, o rácio de adequação de fundos próprios de base fixou-se em 10,4% e o rácio Core Capital atingiu 9,1%, incluindo a retenção do resultado gerado (9,5% e 7,9% em Junho de 2010). Excluindo os resultados gerados, os rácios de fundos próprios de base e Core Capital atingiram 10,3% e 9,0%, respectivamente (8,9% e 7,4% em Junho de 2010).”

**1.1.5. Na secção do Prospecto intitulada ‘V – PROGRAMA – 14. DOCUMENTAÇÃO ACESSÍVEL AO PÚBLICO’ (página 201), acrescenta-se ao seu conteúdo, o seguinte:**

▪ “As demonstrações financeiras semestrais consolidadas e não auditadas do Banco Santander Totta, S.A., relativas ao 1º semestre de 2011 (disponíveis no website do emitente em [www.santandertotta.pt](http://www.santandertotta.pt) e no website da CMVM em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt));”

**1.1.6. Na secção do Prospecto intitulada ‘V – PROGRAMA – 15. DOCUMENTAÇÃO INSERIDA POR REMISSÃO’ (página 201), acrescenta-se ao seu conteúdo, o seguinte:**

▪ “Os documentos de prestação de contas relativas ao 1º semestre de 2011 (contas não auditadas) (páginas 1 a 160).”

**1.2. Na sequência da revisão em baixa dos ratings da República Portuguesa, a agência de rating Moody’s procedeu à revisão em baixa dos ratings do Banco Santander Totta e na sequência da revisão do rating do Banco Santander, a agência Fitch reviu o rating do Banco Santander Totta.**

Assim, na secção do Prospecto intitulada “IV. Factores de Risco – 7. Risco de Crédito” (páginas 12 a 15), substitui-se o quarto e quinto parágrafos pelo seguinte texto:

“Assim, o reembolso de capital na Data de Reembolso das emissões de Títulos de Dívida ao abrigo deste Programa depende do bom cumprimento das responsabilidades por parte do Banco Santander Totta, S.A.. Deste modo, no caso de incumprimento por parte do Banco Santander Totta, S.A. (nomeadamente em caso de insolvência), os detentores dos referidos empréstimos poderão registar uma perda do capital inicialmente subscrito. Actualmente, o rating do Banco Santander Totta, S.A. para dívida de longo prazo não subordinada é de BBB- (outlook negativo) de acordo com a Standard & Poor’s, de AA- (outlook negativo) de acordo com a Fitch Ratings, e de Baa2 (outlook negativo) de acordo com a Moody’s.



Actualmente, o Stand-Alone Credit Profile do Banco Santander Totta, S.A. é de bbb de acordo com a Standard & Poor's, e o rating individual é de C de acordo com a Fitch Ratings, e de D+/Ba1 de acordo com a Moody's."

Na secção do Prospecto intitulada " V. Programa – 16. Informação Adicional" (página 202), substitui-se o último quadro de informação pelo seguinte:

	Fitch Ratings	Moody's	Standard and Poor's
Dívida de curto prazo	F1+	P-2	A3
Dívida de longo prazo	AA-	Baa2	BBB-
<i>Outlook</i>	Negativo	Negativo	Negativo
Individual	C	D+/Ba1	-
Stand-Alone Credit Profile (SACP)	-	-	bbb
Data da última actualização	12 de Outubro de 2011	7 de Outubro de 2011	31 de Março de 2011

Sem prejuízo do disposto na presente Adenda, e para uma informação mais detalhada, deverá consultar o Relatório e contas do 1º Semestre de 2011 (contas não auditadas), no website do Banco Santander Totta, S.A. ([www.santandertotta.pt](http://www.santandertotta.pt)) ou em qualquer Balcão do Banco Santander Totta, S.A. e no website da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)).